



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



PROJETO DE LEI

INSTITUI, NO ÂMBITO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA, A COMISSÃO ESCOLAR DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO E O PROTOCOLO DE ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE RACISMO ENVOLVENDO ESTUDANTES, PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DEMAIS FUNCIONÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA decreta:

Art. 1º Fica instituída, nas unidades escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha, a Comissão Escolar de Enfrentamento ao Racismo, com a finalidade de prevenir, identificar, mediar, acompanhar e registrar situações de racismo ocorridas no ambiente escolar, envolvendo crianças, adolescentes, professores, servidores e demais funcionários.

Parágrafo Primeiro. Conceitua-se racismo o preconceito e a discriminação étnico racial fundada em distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, religião, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro.

Parágrafo Segundo. A Comissão Escolar de Enfrentamento ao Racismo deverá levar a conhecimento da Secretaria Municipal de Educação o ocorrido, bem como a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, por meio do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, órgão este instituído pela Lei Municipal nº 6.145/2019, que tem por finalidade deliberar e fiscalizar políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas à promoção da igualdade racial e atuar no controle social de políticas públicas, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre temáticas atinentes à igualdade racial no Município de Vila Velha.

Art. 2º A Comissão Escolar de Enfrentamento ao Racismo será composta por, no mínimo:

- I – 01 (um) representante da gestão escolar;
- II – 01 (um) professor ou pedagogo;
- III – 01 (um) representante dos pais ou responsáveis;
- IV – 01 (um) representante dos estudantes, quando houver turma com idade superior a 12 (doze) anos;
- V – 01 (um) servidor da unidade escolar, podendo ser auxiliar, administrativo ou outro.
- VI – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR.





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Parágrafo único. A composição da Comissão deverá prezar pela diversidade racial, de gênero e de função dentro da escola.

Art. 3º Compete à Comissão Escolar de Enfrentamento ao Racismo:

- I – Aplicar o Protocolo de Atendimento às Situações de Racismo;
- II – Promover ações educativas, rodas de conversa, campanhas e projetos permanentes de valorização da cultura afro-brasileira e de educação antirracista;
- III – Receber e registrar denúncias, relatos ou percepções de racismo no ambiente escolar, garantindo sigilo e proteção dos envolvidos;
- IV – Realizar mediação imediata quando necessário, priorizando a segurança emocional da vítima;
- V – Acompanhar os desdobramentos dos casos até sua conclusão;
- VI – Orientar a comunidade escolar sobre direitos, deveres e canais de denúncia;
- VII – Articular, quando a gravidade do caso exigir, com o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, instituído pela Lei Municipal nº 6.145/2019, para encaminhamento, apoio, orientação técnica ou deliberações.

Art. 4º Do Protocolo de Atendimento às Situações de Racismo

O Protocolo deverá incluir:

- I – Acolhimento imediato da vítima, com registro adequado e preservação de sua integridade física e emocional;
- II – Apuração preliminar no prazo máximo de 48h;
- III – Comunicação aos pais ou responsáveis, quando se tratar de crianças ou adolescentes;
- IV – Análise da gravidade do caso pela Comissão;
- V – Encaminhamentos à direção escolar, à Secretaria Municipal de Educação, ao COMPIR ou demais órgãos competentes, conforme a necessidade;
- VI – Ações restaurativas e educativas com toda a comunidade escolar;
- VII – Reavaliação periódica das medidas adotadas.
- VIII – Divulgação de materiais didáticos e paradidáticos e pedagógicos, como conteúdos adequados ao disposto na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e na Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

Art. 5º Cada unidade escolar deverá elaborar, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, seu próprio Plano de Ações Antirracistas, contendo calendário anual, metas, metodologias e propostas de intervenção.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação poderá oferecer formação continuada aos membros da Comissão, bem como materiais de apoio pedagógico.

Art. 7º As experiências e práticas exitosas poderão ser compartilhadas entre as unidades escolares através de encontros anuais, seminários ou relatórios consolidados.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Vereadora Adriana Meireles, Telefone: (27) 3061-8122 – adrianameireles@cmvv.es.gov.br



Autenticando documento em <https://vilavelha.spdonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 320038003900390036003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 9º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a alocar recursos orçamentários específicos para a implementação desta lei, incluindo, mas não se limitando a:

- I. Capacitação de professores;
- II. Elaboração e aquisição de materiais didáticos específicos;
- III. Desenvolvimento de programas culturais e educacionais voltados à temática;
- IV. Aquisição de materiais paradidáticos que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem.

Art. 10º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas, projetos e atividades relacionados à implementação desta lei

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Velha/ES, 17 de novembro de 2025.

ADRIANA MEIRELES
Vereadora





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo fortalecer a política municipal de combate ao racismo, criando instrumentos práticos, imediatos e eficazes dentro das unidades escolares, onde grande parte das situações de discriminação é vivida.

Ao instituir a Comissão Escolar de Enfrentamento ao Racismo e o Protocolo de Atendimento às Situações de Racismo, o município avança no compromisso com uma educação antirracista, atuando tanto na prevenção quanto na mediação e acompanhamento dos casos.

Importante destacar que o racismo afeta não apenas crianças e adolescentes, mas também professores, servidores e demais funcionários, motivo pelo qual o projeto abrange toda a comunidade escolar.

A proposta não substitui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), instituído pela Lei Municipal nº 6.145/2019, mas dialoga diretamente com ele, permitindo encaminhamentos e apoio técnico quando necessário, especialmente em situações de maior gravidade.

A escola é um espaço de construção cidadã e precisa estar preparada para acolher, proteger e educar com responsabilidade e sensibilidade. Ao criar procedimentos claros e uma comissão permanente, o município de Vila Velha reforça a proteção às vítimas, evita silenciamentos, garante segurança emocional e fortalece a cultura da paz e da equidade racial.

Diante da relevância social, pedagógica e humana, a aprovação deste Projeto de Lei se faz necessária.

Vila Velha/ES, 17 de novembro de 2025.

ADRIANA MEIRELES
Vereadora



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200380039003900390036003A005000

Assinado eletronicamente por **VEREADORA ADRIANA CHAGAS MEIRELES** em 17/11/2025 11:04

Checksum: **11F0443CD87D22293933DD84D30856F3836D201DF1E5BF01D18CD4F424A0375E**



Autenticar documento em <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 3200380039003900390036003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.